

Revista



# FEBASE

Ano VI  
N.º 53  
1,50 €  
Maio de 2015

Diretor: Delmiro Carreira

Federação do Sector Financeiro



Diretores Adjuntos: Aníbal Ribeiro, Carlos Marques, Horácio Oliveira, Teixeira Guimarães e Tomás Braz

## Febase contesta despedimento coletivo na Axa Portugal



1.º Maio da UGT  
**Milhares no Porto  
pela defesa do emprego**

14



Eleições no SBC e SBSI  
**Bancários votam na continuidade**

4

## Ficha Técnica

**Propriedade:**  
Federação do Setor Financeiro  
NIF 508618029

**Correio eletrónico:**  
revista.febase@gmail.com

**Diretor:**  
Delmiro Carreira – SBSI

**Diretores Adjuntos:**  
Aníbal Ribeiro – SBC  
Carlos Marques – STAS  
Horácio Oliveira – SBSI  
Teixeira Guimarães – SBN  
Tomáz Braz – SISEP

**Conselho Editorial:**  
Firmino Marques – SBN  
Jorge Cordeiro – SISEP  
Patrícia Caixinha – STAS  
Rui Santos Alves – SBSI  
Sequeira Mendes – SBC

**Editor:**  
Elsa Andrade

**Redação e Produção:**  
Rua de S. José, 131  
1169-046 Lisboa  
Tels.: 213 216 090/062  
Fax: 213 216 180

**Revisão:**  
António Costa

**Grafismo:**  
Ricardo Nogueira

**Execução Gráfica:**  
Xis e Érre, Lda.  
xer@netcabo.pt  
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.  
2810-237 Laranjeiro

**Tiragem:** 62.450 exemplares  
(sendo 5.450 enviados por  
correio eletrónico)  
**Periodicidade:** Mensal  
**Depósito legal:** 307762/10  
Registado na ERC: 125 852

A publicidade publicada e/ou  
inserida na Revista Febase é da total  
responsabilidade dos anunciantes

## sumário

### ELEIÇÕES | Atualidade

No SBC e no SBSI: Direções reconduzidas **4**  
Sindicato nacional mais próximo da realidade **5**

### Fundo de pensões | Credibom

Grau de cobertura diminuiu **6**

### SINDICAL | Atualidade

Axa Portugal despede 67 trabalhadores **7**

### CONTRATAÇÃO | Seguros

Voltar a negociar é um objetivo **8**

Esclarecimento nos Açores **9**

### CONTRATAÇÃO | Banca

Parvalorem: Febase critica despedimento coletivo **10**

BCP corta isenção de horário **10**

### QUESTÕES | Jurídicas

Despedimento Coletivo: algumas considerações **12**

### UGT | 1.º de Maio

Milhares de trabalhadores manifestam-se  
pelo emprego e contra a precariedade **14**

Mostrar o descontentamento **15**

Dos desenhos à música **16**

... E pelo mundo **17**

### TEMPOS LIVRES | Nacional

Chuva interrompe caminhada **18**



19

**STAS Actividade  
Seguradora**



20

**Bancários  
Centro**



24

**Bancários  
Norte**



26

**Bancários  
Sul e Ilhas**



31

**SISEP Profissionais  
de Seguros**







TEXTO: TEIXEIRA GUIMARÃES

Este é o mesmo Portugal dos cortes salariais, dos cortes das pensões de reforma, do desemprego e da austeridade. É também o mesmo Portugal do respeito pelas entidades privadas, mas em que estas não podem, nunca, esquecer a responsabilidade social da empresa, nem o respeito pelos trabalhadores

## Ai aguenta, aguenta...

Fez no passado mês de abril quatro anos que Portugal recorreu à ajuda do apoio externo para resolver os seus problemas financeiros, originados por despesismos excessivos dos vários governos que conduziram os destinos do País até essa data.

E que se passou nestes quatro anos?

Verificaram-se cortes sucessivos de pensões e salários, retirada de direitos de trabalhadores e emigração massiva da geração melhor preparada que Portugal alguma vez teve.

Na banca verificou-se o recurso ao apoio externo por parte da Caixa Geral de Depósitos, BANIF, Millennium bcp e BPI e ao eclodir dos casos BPP, BPN e BES.

E esperemos terminem por aqui!

Esta situação teve como consequência, primeiro, a denúncia por parte da banca do Acordo Coletivo de Trabalho do setor bancário e, de seguida, a recusa sistemática em proceder a qualquer aumento salarial no setor. Serviram como argumento fundamental as dificuldades vividas pelo setor financeiro, como se os trabalhadores tivessem alguma culpa por tal situação, nomeadamente pelos resultados negativos que alguns bancos têm apresentado nos últimos anos.

A tudo isto os trabalhadores bancários têm assistido de forma serena e profundamente profissional, respondendo com o seu trabalho generoso aos desafios que diariamente lhes são colocados, permitindo assim que a banca, de forma lenta e segura, ultrapasse as dificuldades que se lhes deparam e que tiveram origem na ganância de poucos, mas que muito receberam.

E a que se deveram os resultados negativos da banca verificados nos últimos anos?

Quem analisou de forma séria e profunda a origem dos mesmos?

Quem beneficiou com os resultados apresentados pelo setor bancário nos tempos áureos?

A estas perguntas há que encontrar respostas rápidas para que os erros do passado não voltem a repetir-se, competindo ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, entre outras entidades, uma palavra fundamental para o encontro de soluções.

Sabemos que os bancos que recorreram à ajuda do Fundo de Capitalização estavam impedidos de praticar aumentos salariais e de remunerar o capital enquanto tal ajuda decorresse.

Mas, terminada tal ajuda, aumentar e devolver montantes cortados só a administradores e executivos, escudando-se em eventuais decisões de comissões de vencimento ou de outros órgãos, raia a falta de bom senso e fere a dignidade dos trabalhadores, que em igual período de tempo não viram as suas remunerações alteradas. Bem pelo contrário, foram vítimas do uso e abuso do trabalho suplementar não remunerado, viram muitas das isenções de horário de trabalho de que beneficiavam serem cortadas, etc., etc...

Todos vivemos em Portugal. Este é o mesmo Portugal dos cortes salariais, dos cortes das pensões de reforma, do desemprego e da austeridade. É também o mesmo Portugal do respeito pelas entidades privadas, mas em que estas não podem, nunca, esquecer a responsabilidade social da empresa, nem o respeito pelos trabalhadores.

Os trabalhadores aguentam, ai aguentam...

E os outros... pelos vistos não conseguem aguentar salários inferiores a... (é escandaloso dizer o valor mensal). ■

TEXTOS: **INÊS F. NETO**



No SBC e no SBSI

## Direções reconduzidas

Os bancários dos Sindicatos do Centro e do Sul e Ilhas deram a vitória às listas que representavam as Direções cessantes. Com as necessárias alterações decorrentes da situação do setor, os associados optaram pela manutenção do rumo

**E**mbara ainda sem resultados globais definitivos, os provisórios apontam sem sombra de dúvida para a vitória das listas A, tanto no SBC como no SBSI.

No Centro, onde as eleições decorreram dia 23 de abril, apenas concorreu

uma lista, encabeçada pelo presidente interino. Embora a ausência de concorrentes fizesse temer uma menor participação, a verdade é que quase 50% dos associados votaram, dando uma vitória clara à lista de Aníbal Ribeiro, que assume os destinos do SBC nos próximos quatro anos.

No SBSI o panorama eleitoral foi bastante diferente. Ao contrário das tradicionais duas listas concorrentes, no ato eleitoral de 22 e 23 de abril apresentaram-se a sufrágio três listas.

A lista A, dirigida por Rui Riso e constituída maioritariamente por elementos dos anteriores Corpos Gerentes – embora com a necessária renovação – obteve uma vitória expressiva, obtendo mais votos dos associados que o somatório das outras duas.

Sem o nível de participação registado no SBC, os associados do Sul e Ilhas não

se alhearam do ato eleitoral e a percentagem de votantes aumentou quatro ou cinco pontos relativamente a 2011.

Em ambos os Sindicatos os sócios puderam exercer o seu direito de voto presencialmente ou por correspondência, e os do SBSI tiveram ainda ao seu dispor o voto eletrónico. Esta terceira forma de participação foi, aliás, a preferida da maioria.

Refira-se ainda que tanto o SBSI como o SBC tinham nos programas com que se apresentaram aos eleitores o compromisso de avançar para a constituição de um sindicato único de âmbito nacional, objetivo que pretende unir numa mesma estrutura sindical as organizações que integram a Febase.

Um projeto agora mais próximo da realidade, como defendem os responsáveis dos Sindicatos no inquérito publicado nestas páginas. ■

# Sindicato nacional mais próximo da realidade

A fusão dos Sindicatos da Febase numa única organização nacional é um projeto que caminha a passos largos para a concretização. Essa é a opinião dos presidentes das Direções

Os resultados eleitorais no SBC e no SBSI são vistos pelos dirigentes dos Sindicatos que integram a Febase como um passo importante para a constituição do sindicato único nacional.

Uma realidade assumida num mini-inquérito da revista Febase, a que responderam quatro presidentes e o presidente-adjunto do SISEP.

## As perguntas

1 – Que importância atribui aos resultados eleitorais no SBC e no SBSI no âmbito da Febase?

2 – É agora que o sindicato único vai para a frente?



**Carlos Marques**  
STAS

1 – O facto de ter ganho uma lista concorrente, cujos membros se encontram comprometidos com o projeto de um sindicato único, constitui uma resposta dos respetivos associados a quem tivesse dúvidas sobre o caminho a seguir.

2 – É obviamente maior a responsabilidade que cabe a cada um dos Sindicatos que constituem a Febase, face aos resultados eleitorais verificados, mas igualmente perante a inevitabilidade de se encontrarem respostas à redução acentuada da sindicalização, que igualmente afeta o setor financeiro. Quero acreditar, por isso, que o processo vai acelerar-se e teremos rapidamente os alicerces essenciais para a construção do sindicato único.



**Rui Riso**  
SBSI

1 – Os resultados obtidos constituem uma prova inequívoca de confiança. São conhecidas as adversidades que se nos depararam nos últimos quatro anos. Os sindicatos da Febase saem reforçados destas eleições.

2 – Projetos estruturantes como o do sindicato único têm um período de amadurecimento indispensável ao seu crescimento. O projeto fez parte dos programas eleitorais sufragados nos sindicatos da Febase. Embora sendo um forte desejo dos nossos associados, por inúmeras razões não foi possível dar passos tão consistentes como os dos últimos quatro anos. Falta apenas o pequeno passo que concretiza as grandes mudanças.



**Aníbal Ribeiro**  
SBC

1 – Há uma maior preocupação dos bancários em manifestarem a sua opinião e a sua escolha dos membros que são candidatos aos órgãos dos respetivos Sindicatos. Não vou falar no SBSI, mas como presidente da Direção do SBC sinto-me extremamente agradado com a maneira como decorreu o ato eleitoral, como as pessoas compreenderam a minha proposta de programa de ação. E embora sendo só uma lista concorrente, houve uma participação a rondar os 50% o que é, no âmbito sindical, um caso quase inédito.

2 – Tudo faremos para que seja uma realidade. Espero que com a eleição das novas Direções do SBSI e do SBC, eles sejam pioneiros para ir ao encontro do sindicato de âmbito nacional. Estão reunidas as condições para que, não deixando de lado os sindicatos que não estiveram envolvidos em atos eleitorais, nomeadamente o SBN, possamos ser uma força grande e constituir um sindicato a nível nacional representativo de todos os trabalhadores.



**Tomás Braz**  
SISEP

1 – O que sobressai nestas eleições é a abstenção, elemento importante para ser analisado pelas novas Direções. Relativamente aos resultados, são a vontade expressa de quem exerceu o seu direito de voto, dando condições a estas novas Direções para levar a bom porto os seus programas. Em minha opinião os sindicatos têm que se juntar para refundir o sindicalismo, enquanto existirem pessoas com saber e vontade de fazer mais e melhor pelo trabalho, salvaguardando a dignidade da pessoa.

2 – Sim, é agora que o sindicato único deve avançar.



**Mário Mourão**  
SBN

1 – São resultados que traduzem o reconhecimento do trabalho desenvolvido por estes dois Sindicatos na defesa dos legítimos interesses dos bancários, apesar das dificuldades com que o setor se confronta. Aproveito para felicitar as listas vencedoras, quer do SBSI quer do SBC, através dos respetivos presidentes Rui Riso e Aníbal Ribeiro, e também os bancários de ambos os Sindicatos, pela forma como decorreram os dois atos eleitorais.

2 – O sindicato único não depende dos resultados de eleições, mas sim da vontade dos bancários. No caso do Norte, os associados serão chamados a decidir sobre esta matéria. No entanto, é preciso discutir questões fundamentais, como seja o dossiê do SAMS. O sindicato único é importante, mas não pode ser razão para uma diminuição de benefícios, quer em termos sindicais, quer em termos de prestação de cuidados de saúde aos utentes e familiares. ■

## Grau de cobertura diminuiu

O Fundo de Pensões do Banco Credibom tinha no final de 2014 um valor de 47.098 milhares de euros para fazer face a um total de responsabilidades de 47.456 milhares de euros, pelo que apresentava uma cobertura de 99,2%

Os Sindicatos da Febase fazem parte da Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões do Banco Credibom, cujo objetivo é analisar a situação do fundo, com base na documentação disponibilizada, nomeadamente o Relató-

rio Atuarial elaborado pelo atuário responsável. A assessoria técnica dos Sindicatos é assegurada pela Capsicalculus, liderada pelo Prof. Pereira da Silva.

A reunião da Comissão realizou-se a 27 de março, com o objetivo de analisar o relatório atuarial relativo a 2014. Os Sindicatos da Febase estiveram representados por Rui Riso.

O Credibom tem para os seus trabalhadores um plano de pensões de benefício definido, financiado por duas adesões coletivas ao fundo de pensões aberto Espírito Santo Multireforma, que se distinguem pela elegibilidade e cobertura. A gestão do fundo foi substituída, sendo agora a GNB – Sociedade Gestora de Fundos e Pensões, S.A.

A Adesão Coletiva n.º 29 inclui os trabalhadores admitidos até 31 de dezembro de 2008 (alterado até 2 de março de 2009), garantindo os benefícios previstos no ACT, acrescidos de um montante em caso de reforma por velhice relativo a complementos remunerativos; a Adesão Coletiva n.º 30 abrange os trabalhadores do quadro até 31 de dezembro de 2005. Garante o benefício de velhice previsto no ACT, associado a complementos remunerativos.

Recorde-se que os trabalhadores e reformados do banco foram integrados no regime geral da Segurança Social. O banco mantém a responsabilidade de proteção nas eventualidades de doença, invalidez e morte, bem como o SAMS, sendo o pagamento da pensão de reforma por velhice repartido entre a instituição e o Centro Nacional de Pensões. No que se refere aos reformados, o banco mantém as responsabilidades decorrentes de possíveis atualizações futuras do valor das pensões de velhice e sobrevivência.

### Rendibilidade

O associado não efetuou nenhuma contribuição em 2014, pelo que o nível de financiamento é de 99,2%. Apesar da redução – em 2012 era 138,3% e em 2013 de 123,4% – continua a cumprir o rácio mínimo de financiamento, de acordo com o Aviso 4/2005 do BdP.

Relativamente a 2013, o valor das responsabilidades aumentou 23,37%, resultante dos desvios entre o real e o esperado causado pela diminuição da taxa de desconto – de 4% para 2,70% em 2014 – e pela redução da taxa de inflação (de 2% para 1,5%). Assim, o valor do fundo de pensões alocado é de 47.098 milhares de euros face ao montante de 47.456 milhares de euros de responsabilidades com serviços passados.

A taxa de rendibilidade efetiva do fundo desde o início do ano foi de 3,65% em 2014 (a rentabilidade do *benchmark* foi de 6,69%). Refira-se, no entanto, que em 2013 ela foi de 4,5% e em 2012 de 9,79%.

Os assessores da Febase consideram que face às condicionantes económicas e financeiras atuais, a política geral de investimentos continua a assegurar uma adequada relação entre ativos financeiros de cobertura e responsabilidades atuariais do fundo de pensões, mas aconselham um acompanhamento contínuo do aumento das responsabilidades face ao valor da carteira de ativos. ■

### Pensionistas

	Número	Idade média	Pensão média anual (€)	Total pensões anuais
Velhice	4	68	25.848	103.393
Invalidez	5	54,2	14.657	73.283
Viuvez	2	48,8	17.656	35.312
Orfandade	3	16,2	8.089	24.267
Total	14			236.255

### Ativos

	Número	Idade média	Antiguidade média	Salário médio anual (€)	Massa salarial anual (€)
Total (< 65 anos)	288	40,5	13,6	26.445	7.616.235

### Outras situações

	Número	Idade média	Sal. m. anual Pensão m. anual (€)	Massa salarial anual Total pensões anuais (€)
Ex-trabalhadores c/ direitos adq.	82	43,7	27.942	2.291.258
Reformas antecipadas	7	56	17.188	120.315

### Responsabilidades do Fundo

	Valor (milhares euros)	variação (%)
Ativos	30.085	86,99
Pensionistas (velhice, ref. antecipada e invalidez)	3.503	10,13
Pensionistas (viuvez e orfandade)	998	2,89

### Composição da carteira de títulos

	2011	2012	2013	2014
Obrigações	68,7%	52,3%	65,8%	67,6%
Taxa fixa	–	–	41,0%	32,4%
Imobiliário	3,8%	3,9%	4,1%	3,9%
Investimentos alternativos	5,1%	9,4%	9,9%	5,5%
Ações	21,9%	27,2%	17,4%	16,7%
Liquidez	0,5%	7,1%	2,8%	6,3%
Total	100%	100%	100%	100%



# Axa Portugal despede 67 trabalhadores

O despedimento coletivo abrange funcionários da companhia de seguros e do Centro de Serviços a Clientes

TEXTO: **JOSÉ LUÍS PAIS**

Os Sindicatos dos Seguros da Febase foram surpreendidos com a decisão do Conselho Executivo da Axa Portugal que aponta para um despedimento coletivo, atingindo 67 trabalhadores, num universo de pouco mais de 600.

O despedimento em causa abrange trabalhadores da Axa Portugal – Companhia de Seguros SA, mas também trabalhadores da Axa – Centro de Serviços a Clientes A.C.E..

A Febase compreende que quem assume os destinos de uma empresa queira reorganizar, estabelecer novas regras. Mas exige que qualquer desses objetivos tenha necessariamente por base o respeito pelos trabalhadores.

A decisão da seguradora foi redobradamente criticada pelos Sindicatos, pelo método e forma escolhido, ao que acresce a existência de uma lista em que se divulgam os trabalhadores abrangidos e as respetivas causas, que vão desde o encerramento de balcões à supressão de postos de trabalho e ainda a avaliações de desempenho sem conhecimento prévio dos abrangidos.

A este propósito é igualmente criticável a forma escolhida de reuniões coletivas para a transmissão de uma decisão com a natureza e com as consequências desta.

## Sindicatos acompanham CT

De imediato foi solicitada uma reunião com caráter de urgência à presidente do Conselho Executivo.

Na sequência desse pedido, os Sindicatos foram recebidos pela presidente do C.E. da Axa Portugal e pela responsável dos Recursos Humanos. Na oportunidade, reiteraram a indignação pela forma como o processo foi desencadeado e como está a ser conduzido, realçando a forma desonrosa como os



trabalhadores visados no processo foram tratados, nomeadamente com a realização das reuniões coletivas.

No mesmo dia da reunião, decorreram diversas diligências relacionadas com o processo de despedimento coletivo. Para o efeito efetuou-se a reunião de informações e negociação na seguradora, com a presença da DGERT, de representantes do CE da Axa, da Comissão de Trabalhadores e com representantes legais dos Sindicatos, mandatados pela CT.

A posição da CT, que os Sindicatos acompanham, foi de oposição clara ao despedimento coletivo, pela sua manifesta ilegalidade.

Posteriormente viria a realizar-se uma reunião de igual teor, mas com a Comissão *ad hoc* constituída para o efeito, respeitante à Axa – Centro de Serviços a Clientes, ACE, uma vez que não detém esta entidade Comissão de Trabalhadores constituída. Foram solicitados esclarecimentos diversos,

que a empresa se comprometeu a fornecer.

## Apoio aos sócios

Perante este cenário e todo o enquadramento de que foram tendo conhecimento, os Sindicatos da Febase informaram os associados abrangidos pelo processo de despedimento coletivo que os apoiariam por todos os meios ao seu alcance.

E apelam aos sócios para que não tomem nenhuma decisão imediata, seja de que natureza for, sem antes consultarem os Serviços Jurídicos dos respetivos Sindicatos, de forma a ficarem prevenidos sobre decisões menos abonatórias como para poderem tomar uma decisão com a devida consciência.

Os Sindicatos da Febase continuarão a acompanhar o processo, lamentando desde já os postos de trabalho que acabaram por ser suprimidos naquelas duas empresas. ■

# Voltar a negociar é um obj

A Fabase está apostada numa negociação para o setor segurador ainda este ano, com o objetivo de alcançar melhorias no CCT a partir de janeiro de 2016. E pugnará, com redobrado vigor, pela atualização da tabela salarial



TEXTO: José Luis Pais



Designa-se contratação coletiva a negociação levada a cabo pelas entidades empregadoras ou respetivas associações representativas, por um lado, e as associações sindicais em representação dos trabalhadores nelas filiados, por outro, com vista à celebração de um acordo coletivo de trabalho onde são regulados diversos aspetos das relações laborais. Este tema vem, assim, mais uma vez a propósito

da negociação do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) para o setor segurador.

O modo e o conteúdo das negociações havidas permitiram concluir a existência da vontade em mudar o que estava mal e inovar o que tinha de ser melhorado.

Já se mostrou que a modernidade não é uma mera retórica publicitária mas, pelo contrário, constitui uma das traves mestras do seu pensamento e exercício.

Houve a coragem de negociar um CCT que consubstancia uma visão moderna de sociedade e das empresas. Foi difícil? Foi. Tinha-se a ambição de ir mais além? Com certeza.

Porém, e por existirem à época (2012) empresas sujeitas às normas impostas pelos sucessivos Orçamentos do Estado – uma das quais do Grupo Caixa Geral de Depósitos –, a dificuldade foi acrescida. Contudo, e apesar de algumas contra-



# etivo

riedades, ficou também estabelecida a possibilidade de posteriormente se retomar a negociação.

Assim, decorreram negociações entre o final do passado mês de setembro e o mês de novembro, visando a introdução de melhorias no CCT.

Efeitos práticos: contribuição extraordinária para o PIR-Plano Individual de Reforma de 1,25%; antecipação para o presente ano da percentagem a atribuir pelas seguradoras: 3,25% em vez de 2,75% anteriormente previsto; atualização do subsídio de refeição para 9,75 €; introdução de uma nova cláusula, que irá permitir a quem tenha filhos em idade escolar obrigatória ser ressarcido até 50% do custo dos manuais, com o limite de 1/3 do IAS; aumento do número de faltas justificadas para atribuição do Prémio de Permanência.

## Contratação difícil

A crise que se abateu sobre o País e os efeitos nefastos também acabaram por comprometer seriamente a contratação coletiva no País.

Anote-se o que a UGT produziu no seu Relatório Anual da Negociação Coletiva em 2014, nomeadamente na evolução da referida negociação, no que respeita a convenções publicadas:

2008 – 172; 2009 – 142; 2010 – 141; 2011 – 93; 2012 – 36; 2013 – 27; 2014 – 49. Sintomático!

A Febase, e no que respeita ao setor segurador, está apostada numa nova negociação em 2015, com a intenção de novas melhorias no CCT a partir de janeiro de 2016. Pugnará igualmente, e com redobrado vigor, pela atualização da tabela salarial.

## Distribuição de documentos

Na sequência do exposto e com a intenção de se esclarecer e informar os associados sobre esta nova realidade da contratação coletiva para a atividade seguradora, o STAS aproveitou a entrada dos trabalhadores para o primeiro período de trabalho, e nestes últimos três meses distribuiu documentação sobre o teor das novas cláusulas.

Com o mesmo objetivo foi realizada uma reunião com os trabalhadores de Ponta Delgada. ■

## Esclarecimento nos Açores



Com a finalidade de elucidar os trabalhadores, realizou-se recentemente uma reunião com os associados de Ponta Delgada. Para o efeito, o primeiro vice-presidente da Direção do STAS deslocou-se àquela cidade e, nas instalações da Secção dos Açores, os presentes puderam inteirar-se dos aspetos mais significativos do CCT.

O objetivo foi plenamente atingido, como atestam os depoimentos de dois associados.

**Rui Moreira**  
Lusitania

"Todos nós, trabalhadores da atividade seguradora, devemos congratular-nos com o facto de ainda ser possível a existência de um Contrato Coletivo de Trabalho, que proporciona a todos mais segurança, estabilidade e garantias que, infelizmente, não se verificam em outros sectores. Como ponto a destacar no atual Contrato Coletivo de Trabalho, refiro a existência do PIR - Plano Individual de Reforma. Sem dúvida que se traduzirá num complemento importante aquando da situação de reforma.

A realização de reuniões de esclarecimento, como a que ocorreu, são de grande importância e utilidade. O clima de diálogo, de partilha e de descontração em que decorreu a reunião permitiram uma real partilha de dúvidas e de experiências, alertando para questões que, em muitos casos, a maioria dos colegas não estava devidamente esclarecida (por exemplo, as regras de funcionamento do PIR; regras de funcionamento do Prémio de Permanência)."

**Cristina Viveiros**  
Fidelidade

"Considero que a sessão foi muito útil e esclarecedora. Foram abordados diversos aspetos e cenários de que podemos ser alvo e aos quais estamos sujeitos, mas que poderemos ultrapassar com o apoio incondicional que nos foi revelado.

O atual CCT veio reforçar as garantias dos trabalhadores para o atual estado do País e permite ainda alguma liberdade de negociação para o futuro incerto.

As alterações que tem vindo a ser possível alcançar e que foram transmitidas de uma forma bem clara e explícita revelam ser uma mais-valia, para os antigos e para novos trabalhadores de seguros, sindicalizados.

A forma como foi negociada e concretizada a introdução de alguns direitos e garantias no atual CCT, como o PIR, as compensações para filhos menores e os prémios de permanência, manifestam ser fruto de uma perseverança e atitude de louvar.

A instabilidade institucional com que atualmente todos os trabalhadores se deparam, após anos de dedicação e empenho, criam-nos sentimentos de descrédito e desconfiança, mas o apoio sindical existente que foi revelado trouxe uma nova esperança e força, para continuarmos a apoiar o trabalho do STAS na defesa dos associados."

TEXTOS: INÊS F. NETO

## Parvalorem: Febase critica despedimento coletivo

A administração da Parvalorem decidiu avançar com o despedimento coletivo de 49 trabalhadores. Sindicatos reúnem-se com associados

A Febase critica a decisão da Parvalorem de proceder ao despedimento de 49 bancários, anunciada em meados de abril. Para analisar a situação dos trabalhadores neste processo, refutando a sua instrumentalização, o SBSI realizou uma reunião com os seus associados abrangidos.

Nos termos legais, este processo é acompanhado pela Comissão Nacional de Trabalhadores (CNT), que pode fazer-se acompanhar por um perito. Os Sindicatos da Febase disponibilizam-se para indicá-lo.

A Federação lamenta mais este processo de extinção de postos de trabalho, nomeadamente numa instituição que poderia – se essa tivesse sido a



decisão do Governo – manter a atividade para que foi criada, ou seja, a recuperação de créditos do ex-BPN.

Por diversas vezes a Febase manifestou esta posição quer ao Governo – através da então secretária de Estado

do Tesouro, hoje ministra das Finanças – quer à administração da Parvalorem.

No entanto, o Governo, ao invés de manter a função de recuperação de créditos na Parvalorem, optou por abrir um concurso público para que outras empresas se candidatassem ao "negócio" – o que veio a suceder, deixando assim um conjunto significativo de trabalhadores desocupados, argumento utilizado para agora proceder ao seu despedimento.

Em sucessivas reuniões com a administração, a Febase defendeu que a instituição deveria aumentar o valor das indemnizações a conceder, de forma a que os trabalhadores pudessem aceitar a rescisão por mútuo acordo e assim evitar o recurso a este método muito mais violento.

Os Sindicatos da Febase manifestam total solidariedade a todos os trabalhadores atingidos e disponibilizam desde já aos seus associados os respetivos serviços jurídicos para em tudo os apoiarem e defenderem.

Alertam ainda os associados que tiverem dúvidas a imediatamente se dirigirem aos serviços jurídicos dos respetivos Sindicatos. ■



## BCP corta isenção de horário

A Federação alerta os trabalhadores a quem o banco anunciou o fim da isenção de horário que se esta norma estiver contemplada no contrato individual não pode ser retirada

O BCP enviou a um núcleo significativo de trabalhadores uma carta anunciando o fim da isenção de horário de trabalho (IHT).

Se é verdade que nos termos legais e contratuais a IHT é concedida a quem efetivamente dela tenha necessidade

por força do seu horário ou funções que desempenha, também é verdade que ela só pode ser retirada quando essas condições deixarem de se verificar.

No entanto, no BCP muitas das IHT constam do contrato individual de trabalho, não podendo, por isso, serem retiradas, na medida em que fazem parte da retribuição mensal efetiva dos trabalhadores.

Assim, a Febase alerta os trabalhadores em causa para analisarem os seus contratos individuais de trabalho e, em caso de dúvida, dirigirem-se aos serviços jurídicos dos respetivos Sindicatos.

Os Sindicatos da Febase estão atentos à situação e defenderão os direitos dos seus associados de todas as formas necessárias. ■



## Reservas ATÉ 15 JUNHO:

Garantia de preço face a futuras flutuações cambiais  
qualquer que seja a data da sua viagem

## Guia-Acompanhante Oasistravel durante toda a viagem

### EXCLUSIVOS OASISTRavel - SELECÇÕES 2015

**Grécia - Atenas & Creta** | 6 Junho – 1.540€

8 dias | 12 refeições | Hotéis 4\*/4\*sup.

**Irão – Nos Trilhos da Antiga Pérsia** | 12 Junho–2.154€ + 24 Set.–2.088€ + 25 Out.–2.160€

10 dias | Pensão Completa | Hotéis 4\*/5\*

**Roménia & Bulgária** | 2 Julho + 18 Agosto – 1.368€ ou 342€/mês\*

10 dias | Pensão Completa | Hotéis 3\*/4\*/4\*sup.

**Colômbia** | 6 Julho – 3.656€ ou 914€/mês\*

10 dias | 16 refeições | Hotéis 5\*

**Paris, Versailles & Vale do Loire** | 10 Julho – 1.656€ ou 414€/mês\*

6 dias | Pensão Completa incl. Jantar/Show no Paradis Latin | Hotel 4\*

**Tesouros da Sérvia** | 11 Julho – 1.368€ ou 171€/mês\*

8 dias | Pensão Completa | Hotéis 3\*/4\*

**Nova Iorque ao Detalhe** | 29 Agosto – 2.448€ ou 408€/mês\*

6 dias | 7 Refeições | Hotel 4\*

**Sicília com extensão a Malta** | 13 Setembro – 1.560€ ou 195€/mês\*

7 dias | Pensão Completa | Hotéis 4\*

**China Encantada c/ Cruzeiro Rio Yangtzé e Mont.Arco-Iris** | 2 Out.– 3.990€ ou 285€/mês\*

15 dias | Pensão Completa | Hotéis 4\*sup/5\* | Navio 5\*

**Japão Fascinante** | 14 Outubro – 3.486€ ou 249€/mês\*

11 dias | Pensão Completa | Hotéis 4\*/4\*sup.

**Sri Lanka – O Antigo Ceilão** | 15 Outubro – 1.990€ ou 199€/mês\*

10 dias | Pensão Completa | Hotéis 5\*

**Grande Circuito do México** | 23Out.– 2.870€ ou 287€/mês\*

14 dias | Pensão Completa | Hotéis 4\*/5\*

**Maravilhas do Oriente - Singapura, Timor, Indonésia & Malásia** | 4Nov – 4.788€ ou 399€/mês\*

13 dias | Pensão Completa | Hotéis 4\*/5\*

**Índia-Magia Colorida do Rajastão** | 19Nov–1.990€ ou 166€/mês\* + 12Jan–1.790€ ou 112€/mês\*

11 dias | Pensão Completa | Hotéis 4\*/5\*

E muitos outros destinos...

...Chile / Guatemala / Argentina / Tailândia / Sul da Índia / Austrália & Nova Zelândia / Cruzeiros...

\* = Consulte-nos para informações detalhadas sobre possibilidade de pagamento em mensalidades.

Consulte-nos e  
aproveite  
**CONDIÇÕES  
ESPECIAIS  
e DESCONTOS  
FEBASE !!**

Pagamentos  
até 18 meses  
rigorosamente  
sem juros ou  
encargos

(dependendo das datas da  
viagem e da inscrição)

**Oferta Seguro de  
Viagem Especial**  
incluindo seguro de  
cancelamento e  
interrupção da viagem e  
capital MIP 60.000€

**Oferta Taxa de  
Reserva**



OASISTRavel

**30 anos  
de confiança**

Faça "gosto" em



e receba as nossas novidades em tempo real.

LISBOA - MQ POMBAL  
213 193 600  
outgoing@oasistravel.net

LISBOA - AV. ROMA  
218 411 700  
groups@oasistravel.net

SETÚBAL  
265 237 674  
setubal@oasistravel.net

**www.oasistravel.net**





## Despedimento Coletivo: algumas considerações

A figura do despedimento coletivo está atualmente associada à necessidade de reestruturação ou redução de pessoal determinada por motivos de mercado, estruturais ou tecnológicos

Texto: **CARLA MIRRA\***

O regime do despedimento coletivo consta dos artigos 359.º e seguintes do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro e suas posteriores alterações.

Apesar de o número de despedimentos coletivos ter vindo a diminuir, abrange no entanto número superior de trabalhadores, também em resultado ou tendo como justificação a situação de crise económica e social. Aliás, temos vindo a assistir, contrariamente à prática que vinha sendo assumida, que também já os trabalha-

dores do setor financeiro têm vindo a ser afetados por decisões desta natureza. Por isso se decidiu enunciar alguns pontos relevantes deste regime, de modo a poder elucidar os trabalhadores quanto a alguns dos seus direitos e garantias.

O despedimento assume um caráter coletivo, já que abrange uma pluralidade de trabalhadores, bem como uma natureza objetiva, uma vez que se funda em motivos de ordem interna, diretamente relacionados com o funcionamento da empresa.

Com efeito, a figura do despedimento coletivo está atualmente associada à necessidade de reestruturação ou redução de pessoal determinada por motivos de mercado, estruturais ou tecnológicos. Abrange necessariamente uma pluralidade de trabalhadores da empresa, mais concretamente pelo menos dois (no caso de microempresa ou de pequena empresa) ou cinco trabalhadores (tratando-se de média ou grande empresa), podendo as cessações dos contratos ocorrer simultânea ou sucessivamente, num período de três meses.

### Fundamentos\*\*

Caberá à empresa alegar os factos que integram os fundamentos apresentados, uma vez que os factos determinantes do despedimento deverão ser perspectivados na situação concreta da empresa, atendendo à redução dos postos de trabalho. O controlo jurisdicional deverá averiguar da justeza da decisão do empregador quanto aos interesses em presença, atendendo ao factualismo, e respeitando os critérios de gestão empresarial.

A Diretiva do Conselho n.º 98/59/CE do Conselho enuncia as garantias dos direitos dos trabalhadores face aos despedimentos coletivos. Aliás, o Tribunal de Justiça (Acórdão de 12/10/2004), ainda na vigência do anterior Código do Trabalho, veio a condenar o Estado Português por transposição incorreta dos artigos 1.º, 6.º e 7.º da Diretiva, declarando que:

"Ao restringir a noção de despedimentos coletivos a despedimentos por razões estruturais, tecnológicas ou conjunturais e ao não alargar esta noção a despedimentos por todas as razões não inerentes

à pessoa dos trabalhadores, a República Portuguesa não cumpriu as obrigações que lhe incumbem por força dos artigos 1.º e 6.º da Diretiva 98/59/CE do Conselho, de 20 de julho de 1998."

## Formalidades indispensáveis

A entidade empregadora que pretenda encetar este procedimento deverá observar uma série de formalidades indispensáveis e necessárias para o efeito:

i) Comunicações da intenção de proceder ao despedimento, realizadas por escrito e fundamentadas à Comissão de Trabalhadores ou, na sua falta à comissão intersindical ou às Comissões Sindicais da empresa representativas dos trabalhadores a abranger (artigo 360.º n.º 1 do CT) ou, na falta destas entidades aos próprios trabalhadores abrangidos (n.º 3). A omissão de tal comunicação acarretará a ilicitude do despedimento;

ii) Informações e negociações com a entidade representativa dos trabalhadores (artigo 361.º do CT), a fim de obter um acordo entre a entidade empregadora e as organizações representativas dos trabalhadores. O objetivo será obter um acordo quanto à dimensão e efeitos das medidas a aplicar e de outras medidas que reduzam o número de trabalhadores a despedir, tais como: suspensão de contratos de trabalho; redução dos períodos normais de trabalho; reconversão ou reclassificação profissional; reforma antecipada ou pré-reforma. Os Serviços do Ministério responsável pela área laboral (DGERT) participam no processo de negociação (artigo 362.º do CT), com vista a promover a regularidade da sua instrução substantiva e procedimental e a conciliação dos interesses das partes;

iii) Celebrado o acordo, ou na falta deste, a entidade empregadora emite decisão de proceder ao despedimento (artigo 363.º do CT), comunicando a cada um dos trabalhadores abrangidos a decisão de despedimento, com menção expressa do motivo e da data de cessação do contrato e indicação do montante, forma, momento e lugar de pagamento

da compensação, dos créditos vencidos e dos exigíveis por efeito da cessação do contrato de trabalho, por escrito e com a antecedência mínima, relativamente à data da cessação, de:

- 15 dias, no caso de trabalhador com antiguidade inferior a 1 ano;
- 30 dias, no caso de trabalhador com antiguidade igual ou superior a 1 ano e inferior a 5 anos;
- 60 dias, no caso de trabalhador com antiguidade igual ou superior a 5 anos e inferior a 10 anos;
- 75 dias no caso de trabalhador com antiguidade igual ou superior a 10 anos.

## Pagamento da compensação

Não sendo observado o prazo mínimo de aviso prévio em falta a contar da comunicação de despedimento, deverá o empregador pagar a retribuição correspondente a esse mesmo período. O pagamento da compensação, dos créditos vencidos e dos exigíveis por efeito da cessação do contrato de trabalho, deve ser efetuado até ao termo do prazo de aviso prévio.

Durante o prazo de aviso prévio, o trabalhador tem direito a um crédito de horas correspondente a dois dias de trabalho por semana, sem prejuízo da retribuição. O trabalhador deve comunicar ao empregador a utilização do crédito de horas, com três dias de antecedência, salvo motivo atendível. Por outro lado, durante o prazo de aviso prévio, o trabalhador pode denunciar o contrato de trabalho, mediante declaração com a antecedência mínima de três dias úteis, mantendo ainda assim o direito à compensação.

## Ilícitude

Atendendo a todo o enunciado, o despedimento considerar-se-á ilícito nos casos em que o empregador:

– Não procedeu à comunicação da intenção de proceder ao despedimento à Comissão de Trabalhadores ou, na sua falta, à Comissão Intersindical ou às Comissões Sindicais da empresa representativas dos

trabalhadores a abranger ou, na falta destas entidades, aos próprios trabalhadores abrangidos;

– Não procedeu ao envio à Comissão de Trabalhadores dos elementos de informação devidamente descritos na lei;

– Não promoveu a fase de informações e negociação com a estrutura representativa dos trabalhadores, com vista a um acordo sobre a dimensão e efeitos das medidas a aplicar;

– Não observou o prazo para decidir o despedimento que obriga a que, na falta de acordo entre as partes, só possa ocorrer no prazo de 15 dias a contar da comunicação de despedimento à Comissão de Trabalhadores ou, na sua falta, à Comissão Intersindical ou às Comissões Sindicais ou, na falta destas entidades, aos próprios trabalhadores abrangidos bem como o prazo para comunicar o mesmo, que obriga ao respeito por um período de aviso prévio, maior ou menor, consoante a antiguidade do trabalhador, indo de 15 a 75 dias;

– Não colocou à disposição do trabalhador despedido, até ao termo do prazo de aviso prévio, a compensação (por antiguidade) prevista no artigo 366.º e os créditos eventualmente vencidos ou exigíveis em virtude da cessação contratual.

## Impugnação

A impugnação do despedimento coletivo só pode ser declarada judicialmente no prazo de seis meses contados da data da cessação do contrato.

Há que relevar que se presume, no entanto, que o trabalhador aceita o despedimento quando recebe do empregador a totalidade da compensação enunciada, sendo que essa presunção poderá ser ilidida desde que o trabalhador em causa entregue ou ponha, por qualquer forma, a totalidade da compensação paga pelo empregador à disposição deste último.

Quanto ao valor de indemnização e respetiva fórmula de cálculo, e respetiva sucessão no tempo, não nos debruçaremos sobre esse tema neste âmbito, uma vez que já foi devidamente explorado em edições anteriores.

O seu Sindicato apoiará os seus filiados, em processos desta tipologia, encetando todos os esforços para melhor defender os interesses dos trabalhadores visados.

Mantenha-se informado e elucidado convenientemente, para melhor garantir a defesa dos seus direitos! ■



\*Advogada do STAS

\*\*Subtítulos da responsabilidade da Redação





# Milhares de trabalhadores pelo emprego e contra a pre

Carlos Silva criticou a ganância responsável pela crise – lembrando a situação dos bancários do BPN e do BES –, recusou mais flexibilização laboral, exigiu a diminuição da carga fiscal e a atualização do salário mínimo. E perante os milhares reunidos no Pavilhão Rosa Mota, deixou uma palavra de esperança

TEXTOS: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

**P**ela defesa do emprego! Pela solidariedade e pela unidade entre os trabalhadores! Contra a precariedade! Por uma administração pública eficiente e próxima dos cidadãos! Pelo crescimento económico! Em defesa do Estado Social! Foram estas as palavras de ordem que marcaram as celebrações do 1.º de Maio da UGT, este ano pela primeira vez realizadas no Porto. Apesar do mau tempo que se fez sentir, muitos foram os milhares de manifestantes que acorreram ao Pavilhão Rosa Mota para celebrar, em festa, aquela jornada de luta.

Luta que se fez sentir nas intervenções político-sindacais e festa que aconteceu não apenas proporcionada por um vasto e diversificado programa de animação, como por uma jornada de convívio em que nem sequer faltou comida e bebida em abundância para todos.

**Ambição do lucro destruiu bancos**

"Em setembro deste ano voltaremos a propor a atualização do salário míni-





# manifestam-se cariedade

mo nacional, com efeitos a janeiro de 2016", anunciou o secretário-geral da UGT, Carlos Silva, na intervenção com que pontuou as comemorações do 1.º de Maio da central sindical.

A justificar aquela decisão, Carlos Silva enfatizou que não podem ser só os trabalhadores a pagar a crise, porque não foram eles quem a despoletou: "Foi a ganância de alguns, que abalou as sociedades democráticas e destruiu as expectativas de milhões. Foi o capitalismo selvagem e os offshores que teimosamente resistem e sobrevivem, sem que

o poder político tenha a coragem de afrontar os seus lucrativos atores".

"Foi a ambição desmedida e a aposta na maximização do lucro que destruiu o BPN e o BES, sem acautelar que nessas instituições existiam milhares de trabalhadores que dedicavam a sua existência a servir os seus empregadores e acionistas, muito para além do que está consagrado nos vários instrumentos de contratação coletiva, esmagando horários, abdicando da família, sofrendo vicissitudes e ofensas diárias, porque eram esses trabalhadores que ▶

## Inquérito-relâmpago

### Mostrar o descontentamento

O som dos grupos que, no palco do Pavilhão Rosa Mota, proporcionavam a programada animação, era ensurdecedor. O interior do recinto fervilhava de manifestantes. Quando nos viam de caneta e papel, prontos a registar episódios, a curiosidade fazia-os aproximarem-se de nós. Era a oportunidade para lançarmos um pequeno inquérito-relâmpago. Ao acaso. Junto de pavilhões de diversos sindicatos. As perguntas foram iguais para todos. Quisemos saber as razões da participação, se era a primeira vez que o faziam e se consideravam que este ano o Dia do Trabalhador envolvia algum significado especial. O registo aqui fica.

#### José Mateus, SPZN

Participo sempre, porque é um marco histórico na luta dos trabalhadores pelos seus direitos laborais. E este ano tem um significado acrescido, devido às dificuldades que o país atravessa por causa das políticas de austeridade. Esta manifestação destina-se a mostrar ao Poder que é necessário modificar a situação, dar mais equilíbrio às relações laborais e maior dignidade às classes mais desfavorecidas de Portugal.

#### Maria Penas Luís, SBC

Participo sempre. Como é o Dia do Trabalhador, é o meu dia. Aproveito agora, porque antes do 25 de Abril não o podia fazer. A seguir ao dia 25 de Abril, o primeiro 1.º de Maio foi o dia de que mais gostei até hoje. Foi brutal! Mas é sempre com a mesma alegria que participo. Aqui sentimo-nos todos uns iguais aos outros. Não há elitismos. E com a austeridade que se faz sentir, sim, este ano o 1.º de Maio é um dia diferente, para que os trabalhadores possam demonstrar quanto se sentem descontentes e quanto estão a sofrer.

#### Jorge Dias, SBSI

Estou aqui porque, como já pertenci às estruturas do Sindicato, sempre que possível vou acompanhando estas manifestações dos trabalhadores, fundamentais para o desenvolvimento do sindicalismo. É necessário retomar-se o equilíbrio destas três premissas: trabalho, descanso e lazer, matérias que estão a ser descuradas numa sociedade que tem como símbolo o trabalho.

#### Cláudia Silva, SBN

Estou aqui porque esta é a festa dos trabalhadores e porque o dia tem de ser marcado por uma grande adesão, como a que verificamos. Não podemos ficar em casa. É esta a primeira vez que participo, porque considero que este ano tem um significado muito especial. De facto, o setor em que eu e os meus colegas trabalhamos nunca esteve tão em risco como agora e o nosso trabalho nunca foi tão desrespeitado. Por outro lado, temos de nos mostrar solidários para com todos os trabalhadores de todos os outros setores de atividade económica.

#### Jorge Manuel Fernandes Lopes, Sindel

É a primeira vez que participo e estou a gostar, quer pelo significado do dia, quer pelo convívio entre todos os milhares que aqui estamos. Considero que o 1.º de Maio de hoje tem um significado diferente, porque constitui uma forma de luta pela defesa dos nossos direitos, que cada vez são menos. O número de trabalhadores que aqui está prova bem a vontade que temos de manifestar isso mesmo.





"É preciso acreditar que isto vai mudar e que Portugal tem futuro", disse Carlos Silva

► davam a cara, todos os dias, perante os clientes, enganados e desiludidos pelo enorme embuste que se criou com a venda de produtos que, só por ostentarem as insígnias de determinadas instituições, eram sinal bastante de ga-

rantia e confiança", acusou o dirigente da central, acrescentando:

"A mesma desilusão e desconfiança que os portugueses hoje depositam nas instituições democráticas e no poder político, que se deixou manietar e ins-

trumentalizar pelo poder económico e financeiro, que o povo não elegeu, não conhece, não contacta e em quem não confia".

### É preciso acreditar

Em contraposição a este estado de coisas, o líder da UGT sublinhou que "é preciso acreditar que isto vai mudar e que Portugal tem futuro".

"Que os nossos jovens que emigraram vão regressar ao nosso País e ao convívio com os seus, de onde nunca deveriam ter saído, a não ser por uma vontade estritamente pessoal e nunca a convite ou sugestão do poder político, ou por sentirem que o seu País não lhes proporciona oportunidade de futuro estável. Que as famílias e o País que neles tanto investiram vão ver o seu investimento florescer, junto de si e no seu País".

Para Carlos Silva é também preciso acreditar que "os que trabalharam uma vida inteira terão a merecida dignidade e serenidade nos tempos que lhes restam de vida. Sem os sobressaltos dos cortes nas pensões de reforma, que são tão essenciais à sua subsistência como ao apoio aos seus filhos e netos desempregados".

Ainda uma palavra aos desempregados: "Sim, é preciso acreditar que haverá uma oportunidade de ingresso no mercado de trabalho para as centenas de milhares de desempregados que estão inscritos nos centros de emprego, muitos deles há mais de um ou dois anos. Não esqueçamos que há milhares que desistiram de procurar emprego, ou que deixaram simplesmente de estar inscritos".



## Dos desenhos à música

Numa iniciativa inédita, as comemorações do Dia do Trabalhador deste ano registaram também a exposição de desenhos de um concurso subordinado ao tema "Era uma vez o 1.º de Maio", efetuados por alunos de diversas escolas. Os alunos premiados e os respetivos docentes foram chamados ao palco para receberem os prémios, atribuídos em função dos escalões etários dos concorrentes. O evento, que precedeu as intervenções político-sindacais, foi merecidamente sublinhado pelos aplausos de todos os presentes no Pavilhão Rosa Mota.

Tradicional é já a animação musical, que desta vez teve como cabeça de cartaz Quim Barreiros. O popular animador conseguiu pôr toda a gente a dançar e a cantar. Trabalhadores de todas as idades e de todos os setores – muitos deles acompanhados por cônjuges e filhos – fizeram a festa.

Mas justo é reconhecer a qualidade da animação que outros grupos tinham emprestado anteriormente à festa, como a Academia de Danças e Cantares da Foz do Douro, os "Agostinhos da Roseta" – alunos da Escola Profissional Agostinho Roseta –, os Caretos de Bragança, bombos e gigantones e a Filarmónica do Crato. Nota também para o teatro de robertos, no stand do Sindep. ■

### Contratação dinâmica

Carlos Silva acentuou depois que a UGT não quer precariedade laboral e que rejeita quaisquer alterações à legislação que abram a porta a uma maior flexibilização dos despedimentos: "Depois de quatro anos de grandes e incontáveis sacrifícios, o que os trabalhadores precisam é de uma negociação coletiva dinâmica, que lhes dê garantias de estabilidade de direitos, porque deveres já os têm, muito além do que a decência das relações de trabalho impõe".

### Atenuar sacrifícios

Outro grande tema abordado pelo secretário-geral da central sindical pode ser traduzido na frase com que o introduziu: "É preciso acreditar que a carga fiscal vai diminuir".

A seguir, concretizou: "Depois de um colossal aumento de impostos, os portugueses merecem ver atenuados os seus sacrifícios. E se a tal mitigação não vai corresponder uma colossal redução de impostos, pelo menos importa reivindicar a reintrodução dos dois escalões do IRS e a eliminação da sobretaxa, imposto injusto e cego, que permitam à classe média sobreviver e respirar com algum alívio".

Por outro lado, a UGT não desiste de reivindicar a reposição do IVA da restauração e das bebidas para os 13%: "Não é uma birra, nem uma teimosia. Teimosia é daqueles que continuam a fazer o seu caminho, quase de forma impávida e serena, ignorando a des-

truição de empregos que tal alteração produziu neste setor, para além das falências que provocou em milhares de micro e pequenas empresas".

Se o setor do turismo teve o seu melhor ano de sempre em 2014 e se se prepara para repetir a dose em 2015, disse, então "importa dar às empresas e aos empresários deste setor nevrálgico da economia nacional o necessário empurrão para alavancar e consolidar os seus resultados. Em nome do crescimento e do emprego".

Por último, a eliminação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade, a revisão em baixa do IMI e o fim das privatizações a todo o custo, contra a vontade de trabalhadores e de autarquias, foram reivindicações que a UGT reafirmou.

### Por uma vida melhor

A primeira intervenção da tarde coube à presidente da central sindical, Lucinda Dâmaso, que terminou o seu breve discurso exortando à unidade: "Juntos com a UGT conseguiremos uma vida melhor para os trabalhadores portugueses".

Aquela sindicalista começou, todavia, por dizer que "celebramos em festa, porque de uma festa se trata", referindo-se à comemoração do aniversário da primeira grande vitória dos trabalhadores em todo o mundo.

Dirigiu, depois, as suas palavras para os desempregados e para aqueles que continuam a laborar sob a ameaça de um emprego precário, prometendo que

## ... E pelo mundo

Como é habitual, o 1.º de Maio foi comemorado em praticamente todo o mundo - com maior ou menor liberdade, consoante os regimes vigentes. Em certos países sobressaíram as especificidades que estão na agenda política ou as conveniências daqueles que tutelam os governos e os trabalhadores. Eis alguns exemplos:

### Havana

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, marcou presença nas comemorações de Havana, tendo ficado na tribuna ao lado do presidente cubano, Raul Castro. Dezenas de milhar de pessoas participaram no desfile de duas horas na Praça da Revolução.

### Londres

Trabalhadores de toda a Inglaterra concentraram-se em Trafalgar Square, reclamando pela austeridade e pedindo salários mais justos.

### Moscovo

Cerca de 140 mil pessoas, entre trabalhadores e estudantes, com flores, bandeiras e balões, desfilaram pelas ruas da capital da Rússia, concentrando-se depois na monumental Praça Vermelha.

### Paris

O desfile da Frente Nacional ficou marcado por um protesto feminista contra as mensagens xenófobas de Marine Le Pen. As manifestantes interromperam o discurso da líder da extrema-direita francesa, que apelava à saída dos imigrantes.

### Teerão

"Empregar trabalhadores estrangeiros equivale a desemprego para os trabalhadores iranianos" - lia-se num cartaz em Teerão. Decididamente, a xenofobia não conhece fronteiras...



Lucinda Dâmaso lembrou os desempregados, os precários e os reformados

a UGT tudo fará para reduzir ao máximo aquela chaga social, lutando com todas as armas de que dispuser.

Falou a seguir para os pensionistas e reformados, "que tinham a expectativa de poderem vir a desfrutar de um final de vida digna mas que estão a ver frustrada essa possibilidade", oferecendo-lhes não apenas a solidariedade da central sindical, mas também todos os esforços da UGT na luta pela recuperação da respetiva qualidade de vida.

Por fim, referiu que a UGT, "sempre privilegiando a concertação, continuará a lutar por ela em defesa do Estado Social, designadamente com uma saúde e uma educação que proporcionem melhores condições de vida para todos os portugueses, nomeadamente para os trabalhadores". ■





TEXTO: PEDRO GABRIEL

# Chuva interrompe caminhada



Carrasqueira: "Amanhã será outro dia", de Rui Gonçalves, 2.º Prémio FotoFebase 2013

Mas como era dia de comemorar a luta de outros tempos, ninguém desarmou na intenção de continuar a prova e resolver o questionário num dia mais soalheiro. A continuação da prova está marcada para 16 de maio, com o ponto de encontro no Largo do Rato, às 18h30.

## À descoberta dos cais palafítico

No final do mês voltam as caminhadas, mais precisamente a 30 de maio, com um passeio da Comporta à Carrasqueira para descobrir o Cais Palafítico, uma obra-prima feita por populares, sendo único na Europa. Foi construído nas décadas de 50 e 60 sob estacas de madeiras irregulares, que à primeira vista aparentam fragilidade e que serviam de porto aos barcos de pesca que ali atracavam. As estacas ora estão enterradas no lodo, ora na água, consoante as marés.

A Carrasqueira é uma aldeia ribeirinha que está integrada na Reserva Natural do Estuário do Sado, oferecendo uma paisagem de beleza infinita. É, sem sombra de dúvida, uma viagem que deverá colocar na sua agenda.

O Cais da Carrasqueira serviu e continua a servir de cenário para muitas das fotografias do concurso FotoFebase, pela sua beleza única e originalidade. Se é amante da fotografia junte o útil ao agradável: leve a sua máquina e tire umas fotografias enquanto caminha, para mais tarde recordar. ■

O Dia da Liberdade começou a ser comemorado da melhor maneira, mas S. Pedro não esteve pelos ajustes. Lisboa das Revoluções prossegue a 16 de maio e dia 30 é a vez da Carrasqueira

**O** alto do Parque Eduardo VII marcou o início de mais uma Caminhada Febase, desta vez para percorrer a Lisboa das Revoluções. Cerca de 130 pessoas marcaram presença no 25 de Abril para comemorar este marco histórico. Ao longe, a manifestação percorria a Avenida da Liberdade.

O céu escuro ameaçava abençoar a iniciativa mas a organização, que prima pelo bom relacionamento com São Pedro, não se fez rogada e prosseguiu com o check-in da multidão.

Esta caminhada distinguiu-se das anteriores, uma vez que contou com um questionário sobre o percurso. Após a distribuição do abastecimento, foi feito o briefing e constituíram-se as equipas. Em jogo, para além do desafio de participar, estavam três prémios: para a primeira classificada, um fim de semana no Centro de Férias do SBSI, em

Ferreira do Zêzere; para os segundo e terceiro, uma dormida de uma noite no Hostel Aventura em Proença-a-Nova, oferta do STAS.

No entanto, apesar de as equipas continuarem empenhadas em resolver o questionário, a água caía de forma impiedosa, os impermeáveis, até ali suficientes, deram lugar aos chapéus-de-chuva e o passeio tornou-se empapado. Algumas das equipas com crianças começaram a dispersar e a continuidade da caminhada estava cada vez mais ameaçada.

A organização juntou os caminheiros resistentes no Jardim do Príncipe Real e foi aí que, unanimemente, se decidiu suspender o passeio.

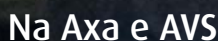
## Convívio do Banco Totta Standard de Angola

Os trabalhadores do ex-Banco Totta Standard de Angola farão o seu convívio no dia 30 de maio, no restaurante Pérola do Fetal, na Batalha.

A concentração será às 11h00 e as inscrições devem ser feitas, de imediato, junto dos seguintes contactos: António e Armanda Falcão (969 093 565 e 919 722 964); Celeste Nunes (963 360 447); Ernestina Aparício (962 549 053) e Mário Santos (963 023 154).

A organização pede aos interessados para "passarem a palavra", no sentido de juntar o maior número possível de colegas. ■

TEXTO: **PATRÍCIA CAIXINHA**



Conselheiros abordaram  
ainda a mudança  
de instalações da sede  
do Sindicato

guradoras, através da qual foram contactados milhares de trabalhadores de seguros. ■

O atraso verificado no parecer do Conselho Fiscal impossibilitou a discussão, em todas as variáveis, do ponto relacionado com o Relatório e Contas de 2014. Perante esta situação, ainda que este parecer não seja vinculativo para o aprovar das contas, foi decidido manter a sessão do Conselho Geral em aberto para posterior decisão.

As conselheiras e conselheiros presentes foram informados sobre a situação relativa aos despedimentos coletivos na Axa Portugal e na AVS – Corretores de Seguros. O STAS está a acompanhar ambos os casos, defendendo e salvaguardando os direitos dos seus associados.

www.jovensseguros.com - 14 Anos de Aventura





TEXTO: PEDRO GABRIEL



## Lista A vence eleições

Através do principal mecanismo da democracia, os sócios do Sindicato expressaram a sua intenção de voto e legitimaram Aníbal Ribeiro como presidente para os próximos quatro anos

**A**s eleições no Sindicato dos Bancários do Centro realizaram-se no dia 23 de abril, tendo os sócios exercido o seu direito de voto num total de 99 mesas, 95 nos locais de trabalho

e 4 nas delegações regionais de Leiria, Guarda, Viseu e Coimbra.

Na sede do Sindicato, as votações decorreram a ritmo normal, sendo os reformados os que se fizeram representar em maior número.

José Freitas Simões, presidente da Mesa da Assembleia Geral/Conselho Geral, acompanhou o processo eleitoral durante todo o dia e explicou a forma como o mesmo se realizou. "As mesas foram constituídas porque têm mais de três associados e delegado sindical. Onde não havia esse número mínimo ou delegado sindical, os colegas receberam o voto por correspondência".

Freitas Simões mostrou-se ainda satisfeito pela adesão dos sócios, que

indicava uma abstenção menor do que aquela que se verificou há quatro anos.

### Taxa de participação superior

Com apenas uma lista a apresentar-se a sufrágio, o receio que a taxa de abstenção pudesse ter forte expressão era uma realidade.

No entanto, acabou por verificar-se o contrário. Os bancários sócios do SBC marcaram presença nas urnas de voto em número superior ao verificado nas últimas eleições.

Para a Direção, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Geral, 1906 eleitores em 5043 recenseados exerceram o seu direito de voto, o que representa uma taxa de participação de 37,39%. A Lista A, sob o lema Mais SBC – Unificar, Crescer e Vencer, obteve 1820 votos, contra 65 brancos e 21 nulos.

Já para o Conselho Fiscalizador de Contas, o número de votos na Lista A foi de 1846, contra 73 brancos e 17 nulos, uma participação de 38,39%.

As votações para o Conselho Disciplinar cifraram-se em 1840 votos na Lista A, 73 votos brancos e 22 nulos, numa taxa de participação de 38,37%.

Para a Comissão de Reformados, dos 2808 recenseados, 1145 exerceram o seu voto. Desses, 1092 foram na lista A, com 25 votos brancos e 28 nulos. A percentagem de participação foi de 40,78%.

### Secções Regionais com bom ritmo

O dia de votação nas Secções Regionais também decorreu sem incidentes e a muito bom ritmo.

Na de Coimbra, 708 eleitores colocaram a cruz, num universo de 1713. Para a Lista A foram 669, numa taxa de participação de 41,33%.

Na Secção Regional de Viseu, 446 eleitores disseram presente, cifrando-se a taxa de participação nos 43,77%.

Em Leiria, dos 1478 recenseados, votaram 421, sendo a zona onde a taxa de participação foi mais baixa (28,48%).

Por oposição, na Guarda a taxa de participação foi a mais elevada de todas, cifrando-se nos 54,20%. Dos 666 recenseados, 361 acederam às urnas de voto.

A lista liderada por Aníbal Ribeiro foi assim eleita para comandar os destinos do SBC para o quadriénio 2015-2019.

À hora do fecho desta edição, os resultados ainda eram provisórios, faltando apenas conferir os mesmos com as respetivas atas. ■







A equipa que vai presidir aos destinos do SBC nos próximos quatro anos



## Resultados provisórios

### Mesa AG, Conselho Geral e Direção

<b>Recenseados</b>	<b>5043</b>
Lista A	1820
Branços	65
Nulos	21
Total	1906
<b>% Participação</b>	<b>37,79%</b>

### Conselho Disciplinar

<b>Recenseados</b>	<b>5043</b>
Lista A	1840
Branços	73
Nulos	22
Total	1935
<b>% Participação</b>	<b>38,37%</b>

### Sec. Reg. Coimbra

<b>Recenseados</b>	<b>1713</b>
Lista A	669
Branços	29
Nulos	10
Total	708
<b>% Participação</b>	<b>41,33%</b>

### Sec. Reg. Viseu

<b>Recenseados</b>	<b>1019</b>
Lista A	419
Branços	19
Nulos	8
Total	446
<b>% Participação</b>	<b>43,77%</b>

### Conselho Fiscalizador de Contas

<b>Recenseados</b>	<b>5043</b>
Lista A	1846
Branços	73
Nulos	17
Total	1936
<b>% Participação</b>	<b>38,39%</b>

### Comissão Reformados

<b>Recenseados</b>	<b>2808</b>
Lista A	1092
Branços	25
Nulos	28
Total	1145
<b>% Participação</b>	<b>40,78%</b>

### Sec. Reg. Leiria

<b>Recenseados</b>	<b>1478</b>
Lista A	405
Branços	13
Nulos	3
Total	421
<b>% Participação</b>	<b>28,48%</b>

### Sec. Reg. Guarda

<b>Recenseados</b>	<b>666</b>
Lista A	355
Branços	6
Nulos	0
Total	361
<b>% Participação</b>	<b>54,20%</b>



TEXTO: PEDRO GABRIEL

# Aníbal Ribeiro: "Bancários deram

Recém-eleito presidente do SBC, Aníbal Ribeiro afirma que é necessário continuar o caminho seguido até aqui, na busca dos melhores interesses dos bancários. Evitar os despedimentos coletivos e constituir um sindicato único são os principais objetivos

**P – Sabia, a partir de determinado momento, que iria ser candidato único. Qual passou a ser o principal objetivo?**

**R –** Há um ano e meio, desde a saída de Carlos Silva para secretário-geral da UGT, assumi as funções de presidente do SBC.

Notei que, por imposições de reestruturação da banca, era necessário alguém assumir uma posição para dar continuidade a esse plano de reestruturação.

Entendi também, pelas funções que exercia como vice-presidente responsável pelas áreas do SAMS, da contratação coletiva e do pelouro da sindicalização, que se justificava, mais do que nunca, a minha candidatura a um mandato que tivesse como objetivo a constituição de um sindicato e de um SAMS únicos de âmbito nacional – até para ir ao encontro de um anseio de todos os bancários

**P – Considera a taxa de participação satisfatória?**







# voto de confiança"

R – Em virtude de haver só uma lista, considero que a taxa de participação dos bancários e os resultados são muito satisfatórios. Todos sabemos que quando não há listas concorrentes, há sempre um certo desinteresse na questão da votação. E quando, hoje em dia, obtemos estes resultados e vemos que houve uma participação superior àquela que aconteceu há quatro anos, só posso sentir-me confiante para desenvolver um trabalho em condições.

**P – Tendo assumido a presidência de forma interina, isso fá-lo estar mais preparado para este mandato?**

R – Sim, sem sombra de dúvida. Penso, e os bancários expressaram-no nesta votação, que estou mais preparado para poder dar resposta a todas as eventualidades e dificuldades com que nos vamos debater nos próximos tempos, quer a nível sindical, quer a nível de assistência médica. Sou dirigente sindical com algum tempo de exercício de funções, tenho pautado a minha atuação, quer como vice-presidente quer como coordenador do SAMS, pelos valores democráticos, de solidariedade e de liberdade que sempre defendi e continuarei a defender.

**P – Mediu o pulso aos bancários durante a campanha. Quais são os receios?**

R – Tive oportunidade de falar com grande parte dos bancários. Mostrei-lhes a minha desconfiança nomeadamente às posições que, por vezes, são implementadas, quer a nível da banca, quer a nível de outros setores. Mostrei-lhes aquilo que, para mim, é necessário transformar para um sindicalismo moderno e democrático e acho que eles entenderam a minha preocupação. Por isso, deram este voto de confiança.

São tempos difíceis que vamos atravessar, mas cá estaremos para julgar essa situação e para fazermos o melhor possível, em detrimento de políticas selvagens que possam vir a pôr em causa aquilo que, para mim, é condição essencial: tentar evitar os despedimentos coletivos, que é um dos grandes problemas não só da classe bancária mas da sociedade.

## Sindicato de âmbito nacional

**P – Tentar evitar os despedimentos vai ser o principal objetivo do mandato?**

R – Vai ser um dos principais objetivos. Tenho outro que sempre defendi e que está bem refletido no meu programa de ação: a constituição de um sindicato de âmbito nacional que, por sua vez, tem logo implicação também num SAMS de âmbito nacional.

Penso que há condições, até face ao ato eleitoral realizado em simultâneo

no SBC e SBSI, para chegarmos a uma situação de, num curto período, poderemos unir forças para melhor defendermos aquilo que é o interesse dos bancários, nomeadamente os seus direitos.

**P – Acredita que será no seu mandato que surgirá esse sindicato?**

R – Diria mais, é quase uma condição *sine qua non*. E penso que há por parte dos outros Sindicatos constituintes da Febase uma preocupação latente em avançar para esta situação. Isto implica efetivamente perder grande parte das autonomias mas penso que, hoje em dia, a questão de um sindicato único é premente. Os bancários têm-se visto confrontados com medidas penalizadoras. Com a nossa força e união vamos combater esse tipo de assimetrias que, muitas vezes, estão a ser efetuadas e são injustas para a nossa classe.

## Mais e melhor SAMS

**P – Um SAMS único é um dos objetivos futuros, mas até lá quais são os planos imediatos nesse campo?**

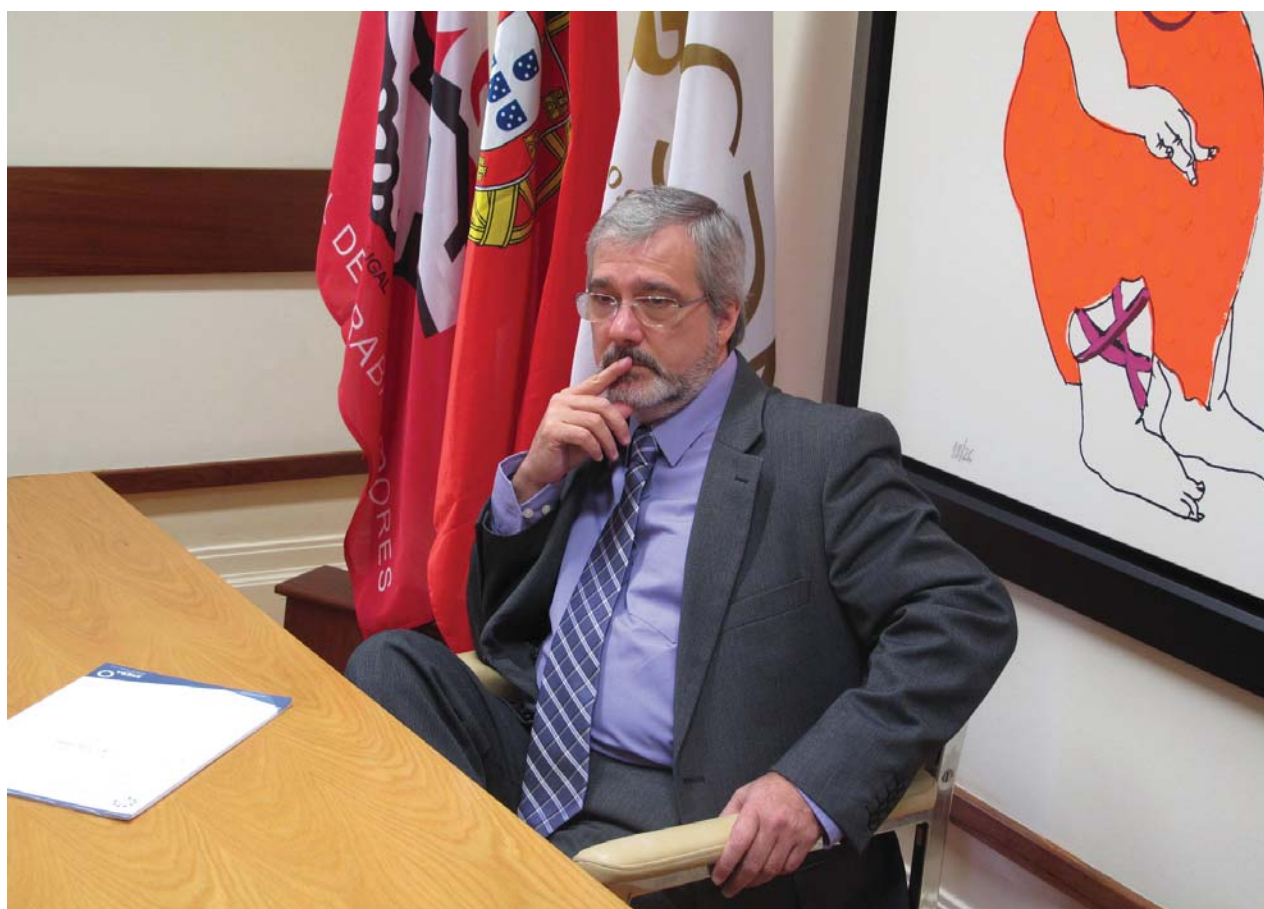
R – O SAMS não é uma entidade autónoma dos Sindicatos, decorre da convenção coletiva e, por isso, estamos a negociar um ACT onde tudo faremos para que outros sindicatos tenham a mesma fonte de rendimento que têm os sindicatos da Febase.

Ao longo dos tempos temo-nos deparado com situações em que, por vezes, a troca de meia dúzia de tostões a mais em participações, colegas têm optado por outros sindicatos. Neste momento, reconhecemos que esses colegas foram atrás do mais fácil.

Hoje em dia – até porque há um retorno muito grande aos nossos Sindicatos – somos efetivamente quem defende os direitos à saúde e tratamento na doença para esses trabalhadores e familiares.

A partir do momento em que haja uma convenção coletiva que tenha os mesmos direitos para todos, estaremos muito mais capazes de dar uma resposta a todos esses colegas para que os nossos SAMS sejam ímpares a nível europeu na questão do tratamento, da doença e da saúde. ■





## Ainda o tema do sindicato único

TEXTO: **MÁRIO MOURÃO\***

A edição de março desta revista, numa das páginas de responsabilidade do Sindicato dos Bancários do Centro, refere o seguinte, a propósito da sessão de comemoração do 80.º aniversário do SBC: "Com exceção do líder do SBN, todos os dirigentes da Febase presentes abordaram este tema (o sindicato único) e, em uníssono, afirmaram que é um passo em frente que o setor financeiro da banca e dos seguros tem que dar, face à debilidade atual dos sindicatos..."

A forma como a notícia se encontra redigida impõe alguns esclarecimentos, porque insinuações não são legítimas e as meias verdades, como sabemos, são dupla mentira... por não serem verdade nem serem mentira! Assim,

1. Só a mim e a mais ninguém compete escolher os temas que devo abordar em cada momento. Respeito outras opiniões, independentemente de estar concordante ou não com elas. Não te-

nho, contudo, feito para servir de "câmara de eco". Naquela circunstância, o que para mim importava relevar era o elevado significado sindical e social para os bancários associados do SBC que constituíam o centro da data festiva. Foi isso que fiz.

2. Seguramente que nenhum daqueles que se referiu ao tema "sindicato único" concede mais importância a essa estrutura do que eu próprio, como demonstra o facto de tal desiderato constar de todos os programas com que me candidatei, bem como do da Tendência Sindical Socialista do Sindicato dos Bancários do Norte. Só que há momentos para tudo. E, em meu entendimento, aquele não era o mais adequado para se falar de tal matéria. Se todos nos respeitarmos, a via fica mais fácil. Colocar escolhos no caminho só prejudicará o processo.

3. Mas o sindicato único tem de ser mais do que o produto de uma mera escritura notarial.

4. O sindicato único tem de ser uma estrutura que constitua um reforço para uma efetiva defesa das atrocidades e

das malféitorias de que os bancários têm vindo a ser vítimas, como cortes nos rendimentos, rescisões ditas por mútuo acordo e muitas outras situações que todos nós tão bem conhecemos.

5. O sindicato único não pode servir para vir a agravar ainda mais as diferenças que os bancários já hoje têm no contexto nacional, nomeadamente no âmbito das participações dos SAMS.

6. Esta e outras matérias carecem ainda de ser muito criteriosa e aprofundadamente sopesadas, para que todos aqueles que representamos não sejam prejudicados por decisões precipitadas, pouco ponderadas ou tomadas mais pelo coração do que pela razão.

7. A verdade é que, atendo-me ainda à questão dos SAMS – que todos sabemos ser particularmente delicada e, por conseguinte, merecedora de ser analisada preventivamente para depois não necessitar de cuidados paliativos –, ainda não foram discutidas as diferenças registadas nos benefícios/comparticipações verificados nas diferentes áreas sindicais.





TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

8. Por conseguinte pergunto, tal como se interrogarão os nossos associados: se o assunto não for cuidadosamente analisado e ponderado, haverá áreas sindicais que ficarão prejudicadas relativamente a outras em que as condições se apresentem mais favoráveis? São estas, como tantas outras questões, que carecem de ser aprofundadas.

9. É portanto meu entendimento que quando se partir para a constituição do sindicato único, temos nós, dirigentes, e têm os bancários nossos associados de possuir o máximo de garantias possíveis de que tal alteração constituirá uma poderosíssima arma de defesa dos legítimos direitos e interesses dos bancários. Poderosa e eficaz.

10. Não andará bem avisado quem não se empenhar em lembrar a história. Pela minha parte, recorro a enorme generosidade e a extrema alegria com que todos partimos para a constituição da Febase. Também todos concordamos que era um passo para a edificação do sindicato único. Aliás, recorro com emoção aquele dia 8 de novembro de 2007 em que, no Sindicato dos Bancários do Norte, o referendo que para o efeito realizámos nos legitimou para a constituição da federação.

11. O objetivo era, de facto, irrecusável, na sua força mobilizadora, de conceder mais força e maior poder reivindicativo aos sindicatos do setor. Quem recusaria empunhar tão nobre estandarte, tão empolgante desafio?

12. Todavia, até agora, quantas regalias os bancários conseguiram com a constituição da Febase? De quantos aumentos salariais beneficiaram?

13. Uma coisa é a grandeza e a magnificência dos sonhos. Outra, a crueza da realidade. Mas é neste tabuleiro que temos de jogar, o que nos impõe muita ponderação e uma reflexão acrescida, porque é o futuro de todos os nossos associados e dos seus agregados familiares que está em causa. Podemos construir o sonho, mas não temos o direito de o destruir com imprudências. Falar e escrever não custa. O que se impõe é encontrar as palavras que sejam portadoras das soluções. E nos locais próprios.

14. Quanto à constituição do sindicato único, será aos associados de cada organização que competirá a decisão. No Sindicato dos Bancários do Norte, em tempo oportuno saberemos convocar a assembleia que permitirá aos nossos sócios expressar o seu sentimento e a sua decisão. ■

\*Presidente da Direção do SBN



## Inaugurado novo refeitório

Os associados do SBN passam a ter ao seu dispor um melhor espaço destinado ao seu atendimento

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

Cumprindo mais uma das decisões em devido tempo tomadas pela Direção do Sindicato dos Bancários do Norte, no dia 30 de abril foi inaugurada a nova cantina do SBN, após obras de remodelação efetuadas nas anteriores instalações, aproveitando-se inclusive para a sua decoração material já existente e propriedade do Sindicato.

Trata-se de um amplo espaço destinado para serviço aos sócios do SBN, melhorando-se desta forma o atendimento de todos os que pretendam frequentar estas instalações, nas quais irão ser servidos almoços a preços económicos, bem como um alargado serviço de bar.

Com um amplo horário de atendimento – das 8 horas da manhã às 20 da tarde –, equaciona-se neste momento a possibilidade de abertura ao sábado em horário ainda a definir, podendo assim desta forma responder às solicitações dos associados do Sindicato dos Bancários do Norte em melhores condições do que as que eram praticadas até aqui.

A Direção do SBN aproveita para convidar todos os associados a visitarem as novas instalações agora postas ao serviço. ■





TEXTO: INÊS F. NETO

Vitória da lista A

## Sócios escolhem continuidade



Na Assembleia Eleitoral de 22 e 23 de abril, os bancários expressaram claramente a sua escolha, ao elegerem a lista A com mais de 58% dos votos – superior ao somatório das duas concorrentes

**O**s sócios do SBSI deram a vitória à lista A, que representa a continuidade com os Corpos Gerentes cessantes, optando assim pela estratégia sindical seguida nos últimos quatro anos e pela consolidação do SAMS.

Em função dos resultados globais provisórios apurados na noite do segundo dia de votação, a Lista A venceu as elei-

ções com 7.620 votos para a Mecodec e 7.643 votos para a Direção, ou seja, 58,46% e 58,43% do total, respetivamente.

A lista B (Por nós) obteve 2.830 votos (21,71%) para a Mecodec e 2.811 (21,49%) para a Direção, enquanto a lista C (Mudar) arrecadou, respetivamente, 2.270 (17,42%) e 2.280 (17,43%) dos votos. A Mesa encontra-se a fazer a verificação do processo eleitoral, após o que serão anunciados os resultados definitivos.

Assim, no próximo quadriénio estes dois órgãos do Sindicato serão liderados, respetivamente, por Rui Riso (reeleito) e Joaquim Mendes Dias, que substitui Arménio Santos naquelas funções.

Foram igualmente eleitos 259 Delegados ao Congresso do SBSI, que se realizará no último semestre do ano. Apenas na Secção Sindical da CCCAM não foram apresentadas listas, pelo que os

trabalhadores da instituição não terão representantes diretos no Congresso.

Desta votação decorreu a eleição dos membros dos Secretariados das Secções Sindicais de Empresa, Regionais e Reformados.

Relativamente às eleições de delegados ao Congresso, os números apurados dão uma vitória clara à Tendência Sindical Socialista (TSS), que obteve 4.420 votos, contra os 2.619 da Tendência Social-Democrata (TSD) e os 2.088 da tendência Mudar.

Os independentes apoiantes da lista A conquistaram 1.353 votos e os independentes apoiantes da lista B alcançaram 2.117 votos.

### Mais participação

Estas eleições suscitaram maior interesse nos bancários do que o ato anterior, como se pode aferir pelo au-





mento da participação: votaram 13.080 associados num total de 41.363 eleitores – 31,62% –, o que corresponde a quase mais dois mil do que há quatro anos.

Isso mesmo foi referido pelo presidente da Mecodec ao divulgar os resultados. "Esta subida da participação evidencia que a tendência anterior não só foi estancada, como invertida. Os bancários participaram na escolha dos seus dirigentes nos próximos quatro anos", salientou.

A maioria dos associados optou pelo voto eletrónico, que registou ainda maior adesão do que em 2011.

A afluência às mesas centrais e descentralizadas verificou-se sobretudo entre os reformados. Muitos aproveitaram a ocasião para se deslocar às diversas instalações do Sindicato espalhadas pela sua área geográfica e rever antigos colegas e amigos.

### Normalidade

O ato eleitoral decorreu com normalidade, tendo-se registado apenas alguns problemas pontuais, que os membros da Mecodec foram solucionando de acordo com os Estatutos ao longo do dia de votação presencial. Tratou-se,



maioritariamente, de dúvidas dos elementos das mesas de voto.

Também no voto eletrónico houve associados a solicitar esclarecimentos. O número verde disponibilizado para apoio ao ato eleitoral recebeu quase

1.700 chamadas, muitas delas a pedir informações como o número de sócio para a identificação.

O momento de mais tensão verificou-se nas instalações do Sindicato na Marquês de Fronteira – onde funcionaram as mesas centrais da região de Lisboa e o "quartel-general" da Mecodec –, na noite de 23. Conforme a espera pelos resultados se prolongava, os ânimos exaltaram-se algumas vezes, especialmente entre os apoiantes das listas B e C. ■



## Maioria preferiu voto eletrónico

O voto eletrónico é cada vez mais o modo preferido pelos associados para exercerem o seu direito de participar na escolha dos Corpos Gerentes.

Neste ato eleitoral, e como já tinha acontecido em 2011, a Mecodec enviou o "pin" de identificação a todos os associados. E a maioria dos eleitores optou por esta modalidade de voto, como provam os números.

	2011	2015
Voto eletrónico	5999	7866
Voto presencial	4561	3764
Voto correspondência	962	1450



TEXTO: **ELSA ANDRADE**



Rui Riso reeleito

## "Os bancários **confiam em nós**"

As prioridades da nova Direção são a negociação coletiva, a constituição do sindicato único e a contínua consolidação do SAMS, revela o recém-reeleito presidente

**P – Como interpreta o resultado eleitoral?**

**R –** Tendo em conta a diferença de votos, com um sentido de responsabilidade muito elevado e um grande entusiasmo perante os desafios que teremos de enfrentar.

**P – É um voto de confiança dos bancários face ao trabalho desenvolvido no mandato que agora termina?**

**R –** O mandato terá sido seguramente um dos que nos últimos 40 anos foi vivido em circunstâncias mais difíceis. Além da crise e os seus efeitos ao longo dos quatro anos, tivemos logo a privatização do BPN e todas as consequências – em que a intervenção dos Sindicatos, nomeadamente do SBSI, permitiu a manutenção de 1.200 postos de trabalho, embora neste momento tenhamos o problema do despedimento coletivo na Parvalorem.

Depois passámos pela transferência dos fundos de pensões para a área do Estado, que gerou muitas suspeitas e dúvidas. Mas felizmente agimos bem, porque não houve alterações aos procedimentos nem cortes dos 13.º e 14.º meses (houve cortes noutros, abrangidos por regimes diferentes).

Confrontámo-nos também com a denúncia do ACT, cuja negociação decorre, pela primeira vez em 40 anos, com toda a banca privada (exceto a CGD), exatamente em oposição à realidade vivida quando

as suas bases foram criadas. Tivemos de conviver com os resultados negativos da banca, na ordem das centenas de milhões, e quando parecia que iria haver uma acalmia nos mercados implodiu o BES.

Ainda assim, os bancários reconheceram que defendemos os postos de trabalho e os seus direitos na justa medida do que foi possível, e depositaram em nós uma confiança e uma responsabilidade muito grandes para que no futuro consigamos desenvolver o nosso trabalho.

### **Aumento de votantes**

**P – Houve mais uma lista concorrente. É um sinal de dinamismo do SBSI?**

**R –** Normalmente temos uma lista opositora, com características específicas equivalentes a outras áreas da sociedade, porque ao invés daquilo que muitos censuram, de haver uma ligação estreita com o poder político, não há. Não deixamos de dizer o que somos,





mas quem nos condena também é alguma coisa e paraleliza com o quadro político. Seria muito mais estimulante se a oposição apresentasse propostas exequíveis, que estivessem de acordo com a realidade que enfrentamos a cada momento, ao invés de votar invariavelmente contra.

Desta vez confrontámo-nos com o aparecimento de outra lista, com um grande número de pessoas que já fizeram parte dos órgãos do Sindicato.

Mas isso é a prova da liberdade e democraticidade do SBSI, dando aos bancários a escolha – e escolheram-nos a

nós, mostraram confiar em nós, e vamos fazer tudo por merecer essa confiança.

**P – Apesar desse dinamismo interno e embora a percentagem de abstenção tenha diminuído, continua a ser muito elevada. Os bancários alhearam-se das eleições?**

R – O que aconteceu desta vez foi exatamente o contrário. Apesar de todas as adversidades que atravessámos, aumentámos em 4 ou 5 pontos a percentagem de votantes, o que ainda é mais estimulante – além de que a abstenção em Portugal é elevadíssima em todos os atos eleitorais.

Mas sublinhe-se que o alheamento dos anos anteriores não é do setor bancário mas do movimento sindical, nem é resultado das políticas neoliberais desenvolvidas aqui ou ali. Deve-se a um ataque concertado ao movimento sindical, na Europa e no Mundo, fazendo com que os sindicatos pareçam dispensáveis, quando são o mais forte que os mais fracos têm.

## Ameaça de impugnação

**P – Houve uma ameaça de impugnação dos resultados. Como encara essa eventualidade?**

R – Ao longo dos anos, a tentativa de impugnação começa a parecer fazer parte do nosso ato eleitoral. Existe uma tentativa clara, sempre da parte dos mesmos, de procurar desacreditar o ato eleitoral e desvalorizar a vontade dos bancários eleitores, que se manifestaram largamente a favor do projeto da lista A.

Os defeitos apontados ao processo de votação eletrónica não são virtudes que se reconheçam nos outros processos, mas esta questão será esclarecida pela Mecodec e pela empresa Multicert, no que respeita a questões técnicas.

**P – Quando deverá tomar posse a nova Direção?**

R – Não depende da nossa vontade. Após a conferência dos votos pela Mecodec e, se não houver recontagem por algum motivo, deverá ser dentro de duas, três semanas.

**P – Haverá alguma mudança de rumo num mandato de continuidade?**

R – É um mandato de continuidade, pelo que o rumo será o mesmo, de consolidação. Também faremos alguma navegação à vista, porque de acordo com as circunstâncias assim teremos de agir.

**P – Qual será a prioridade do novo mandato?**

R – As prioridades são a negociação do ACT, a constituição do sindicato único e a consolidação do SAMS, que é um processo contínuo, com uma dinâmica própria.

De imediato, prioridade absoluta à contratação coletiva. Quando concluirmos a revisão do ACT com as IC subscritoras, logo outras mesas negociais serão abertas, pois outros contratos radicam muito na essência do ACT.

E depois teremos a constituição do sindicato único, um desiderato que procuramos alcançar ao mais breve trecho para reforçar a capacidade reivindicativa dos bancários. ■





TEXTOS: PEDRO GABRIEL

### Surfcasting

## Vítor Rodrigues mais forte no Pego



O pescador do Clube Millennium bcp foi o vencedor da segunda prova do 8.º Campeonato Interbancário de Surfcasting. Por equipas, o triunfo coube ao GDST 1

**F**oram 22 os concorrentes que marcaram presença na última prova antes da Final do Sul e Ilhas, no Pego.

O mais sortido acabou por ser Vítor Rodrigues (Clube Millennium bcp),

que alcançou 1863 gramas na zona D. Em segundo lugar terminou Jorge Ribeiro (Banco BPI), que na zona E alcançou 734 gramas. Na zona B, João Agualusa (GD Santander Totta) chegou aos 617 gramas, enquanto José

Alves (GD Santander Totta) conseguiu 605 na zona A.

Finalmente, na zona C Joaquim Teixeira (CGD) alcançou 247 gramas.

João Agualusa conseguiu o maior exemplar do dia, uma baila com 617 gramas.

### BST triunfa coletivamente

Em equipas, João Agualusa, João Feira, Silvério Velez e Jorge António, pertencentes ao GDST 1, conquistaram o primeiro lugar, com 7 pontos.

No segundo posto terminou o conjunto Millennium A, de Vítor Rodrigues, António Marques, Jacinto Mestre e Joaquim Ferreira, com 13 pontos.

O Banco BPI 2, de Jorge Ribeiro, Carlos Silva, Ezequiel Prates e Fernando Maymone, foi terceiro, com 18 pontos.

A final do Sul e Ilhas realizou-se no dia 2 de maio, pelo que daremos conta dos resultados em futuras publicações. ■

### King

## Seis seguem para a final



O grupo Setúbal-Lisboa apurou os seus representantes para a final regional

**N**o dia 11 de abril, em Setúbal, disputou-se a fase de apuramento para a final do Sul e Ilhas do 9.º Campeonato Interbancário de King.

Com um total de 49 pontos, Alfredo Cóias (Santander Totta/Setúbal) terminou no primeiro posto, logo seguido de António Moço (BPI/Lisboa), com 48 pontos. No terceiro lugar, Acácio de Jesus (Santander Totta/Setúbal) alcançou 44 pontos, mais quatro que o seu colega de banco José Monarca.

António Marques e Joaquim de Sousa, ambos do Millennium bcp/Lisboa, conseguiram 39 pontos e garantiram os últimos passaportes para a final, que se realizou a 9 e 10 de maio, e da qual daremos conta em futuras publicações. ■

### Pesca de Mar

## Mário José Soares domina em Angra



Grande prova para este pescador, que conseguiu terminar no primeiro posto e ainda capturar o maior exemplar do dia

**O** apuramento açoriano do 35.º Campeonato Interbancário de Pesca de Mar teve a sua primeira prova no dia 11 de abril, em Angra do Heroísmo.

Mário José Soares terminou no primeiro posto, com 3,2 kg, tendo pescado o maior exemplar do dia, com 1,6 kg. Paulo Bettencourt foi o segundo mais feliz, totalizando 1,62 kg, enquanto Eurico Silva, com 1,45 kg, terminou em terceiro lugar.

Já Rui Costa conseguiu ficar na quarta posição, fruto dos 1,32 kg pescados. Carlos Melo, com 1,21 kg, e Raúl Pereira, com 1,02 kg, terminaram na quinta e sexta posições, respetivamente. ■





TEXTO: **LUÍZ TRINDADE**

# Do 1.º de Maio ao sindicalismo de hoje

Mais de 40 anos depois do 1.º de Maio de 1974, os problemas do trabalho agravaram-se e algumas das principais conquistas dos trabalhadores perderam-se ou estão ameaçadas, sem que o atual sindicalismo se mostre capaz de contrariar este estado de coisas



No dia 1 de Maio de 1886, 500 mil trabalhadores saíram às ruas de Chicago numa manifestação pacífica, exigindo a redução da jornada para as oito horas de trabalho. A polícia reprimiu a manifestação, dispersando a concentração, depois de ferir e matar dezenas de operários.

Mas os trabalhadores não se deixaram intimidar. Todos achavam que eram demais as horas diárias de trabalho, por isso, no dia 5 de maio de 1886, quatro dias depois da reivindicação de Chicago, os operários voltaram às ruas e foram novamente reprimidos: 8 líderes presos, 4 trabalhadores executados e 3 condenados à prisão perpétua.

Foi este o resultado desta segunda manifestação.

A luta não parou e a solidariedade internacional pressionou o governo americano a anular o falso julgamento. Em 1888, os membros que constituíam o júri reconheceram a inocência dos trabalhadores, culpavam o Estado americano e ordenaram que soltassem os 3 presos.

Em 1889 o Congresso Operário Internacional, reunido em Paris, decretou o 1.º de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores, um dia de luto e de luta. E, em 1890, os trabalhadores americanos conquistaram a jornada de trabalho de oito horas.

Cento e vinte e nove anos depois das grandiosas manifestações dos operários de Chicago pela luta das oito horas de trabalho e da brutal repressão patronal e policial que se abateu sobre os manifestantes, o 1.º de Maio mantém todo o seu significado e atualidade.

Nos Estados Unidos da América o Dia do Trabalhador celebra-se a 3 de setembro e é conhecido por "Labor Day". É um feriado nacional que é sempre comemorado na primeira segunda-feira do mês.

No Canadá este feriado chama-se "Dia de Oito Horas". Tem este nome porque comemora a vitória da redução do dia de trabalho para oito horas.

Na Europa, o "Dia do Trabalhador" comemora-se sempre no dia 1 de Maio.

## Conquistas ameaçadas

Em Portugal, 41 anos após o 1.º de Maio de 1974, devemos refletir sobre as transformações em curso na esfera do trabalho e as dificuldades daí resultantes para o sindicalismo português. O processo de modernização democrático do nosso País, desde o 25 de Abril, não teria sido possível sem a constante luta levada a cabo pelo movimento sindical.

De forças revolucionárias, os sindicatos passaram a "parceiro social" e a melhoria relativa do nível de vida dos trabalhadores caminhou a par da descrença no socialismo e das dificuldades de participação e filiação sindical.

Mais de 40 anos depois do 1.º de Maio de 1974, os problemas do trabalho agra-

varam-se e algumas das principais conquistas dos trabalhadores perderam-se ou estão ameaçadas, sem que o atual sindicalismo se mostre capaz de contrariar este estado de coisas. A fragilização dos sindicatos significa fragilização dos trabalhadores.

Existem, no entanto, sinais de algum esforço de renovação da prática sindical ou, pelo menos, de abertura à discussão por parte dos principais dirigentes. Questões como a viabilidade económica das empresas, a inovação tecnológica, a formação profissional, o desenvolvimento sustentável, a discriminação da mulher, a atenção às minorias, etc., ocupam boa parte das preocupações dos sindicalistas mais esclarecidos. As ações reivindicativas e a luta coletiva tendem, gradualmente, a integrar processos negociais e programas de diálogo virados para a defesa dos direitos do trabalhador.

Contudo, não basta que o sindicalismo deixe de "massacrar" os empresários, é também necessário que os empresários não confundam a renovação dos sindicatos com subserviência ou extinção. ■

## SISEP na Futurália

O SISEP esteve presente, pela terceira vez, na Futurália, a maior feira de formação do País.

Entre os dias 11 e 14 de março o Sindicato promoveu as suas ações de formação, tendo recebido no stand mais de 900 estudantes.

A adesão superou as expectativas e mais uma vez o SISEP marcou a sua posição na formação profissional em Portugal. ■







# CONCURSO FOTO FEBASE

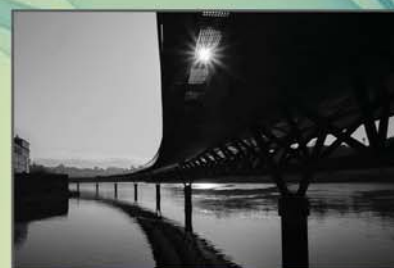
Fotos apuradas no mês de abril



"O farol da Boa Nova"  
Joaquim Silva



"Bruma de um sonho"  
Francisco Oliveira



"A sombra de ti"  
Francisco Oliveira



"Só bicos"  
José Guimarães



"Music"  
Jorge Araújo



"Paisagem contemplativa"  
Joaquim Silva



"Gôndolas"  
Armando Isaac



"Bailado"  
Carlos Santos



"Beleza natural"  
Filomena Moutinho



"Perspetiva aracnídea"  
Rui Gonçalves



"A minha porta"  
Armando Isaac



"Véu contemplante"  
João Amaro